

Governo avalia ajustes para reativar economia

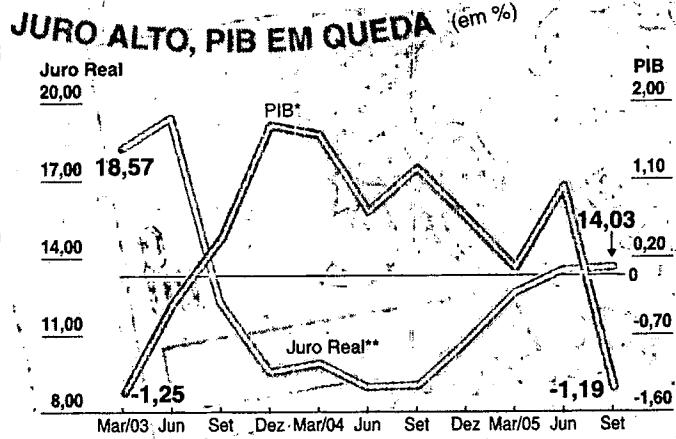
Ministro fala em "pressão social".

Planalto liberou mais R\$ 2,1 bi para gastos de fim de ano

KARLA CORREIA E SÉRGIO PARDELLAS*

BRASÍLIA

A queda de 1,2% no Produto Interno Bruto (PIB) registrada no terceiro trimestre deste ano levou o governo a discutir alguns ajustes na política econômica atual, mas que não impliquem alteração do modelo em vigor. Ontem, o ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, disse que o Palácio do Planalto está “avaliando” a retração da atividade econômica. “Não se cogita a possibilidade de mudanças do modelo atual da economia. Mas há uma grande pressão da sociedade a ser considerada”, admitiu Wagner após reunião no Planalto, na qual ficou decidida a liberação de R\$ 2,1 bilhões para gastos até o final do ano.



Fontes: BC, IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil *Sobre trimestre imediatamente anterior **Deflator: IPCA

Parte significativa do total — R\$ 1,1 bilhão — atenderá às emendas ao Orçamento de 2005 de parlamentares tanto da base aliada como da oposição. A liberação de dinheiro público atinge os setores que mais impulsionam a economia como um todo, construção civil, por exemplo.

Outra intenção do governo é possibilitar a aprovação do Orçamento de 2006 até o final do ano, para a qual precisará do apoio de

pelo menos oito senadores da oposição. Se o projeto não for sancionado até 31 de dezembro, o governo não poderá fazer investimentos no ano eleitoral. Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmava que a política monetária do governo não pode se restringir apenas ao controle da inflação.

* Com Reuters
Continua na página A-9

POLÍTICA

RUMOS DO EXECUTIVO

Governo avalia ajustes para...

Aumento de gastos públicos e redução de juros, inclusive da TJLP, estão entre as medidas

KARLA CORREIA E SÉRGIO PARDELLAS
BRASÍLIA

Continuação da página A-1

Segundo ele, a política tem que estar voltada também para o aumento da produção, geração de emprego e crescimento econômico. "Temos uma política que busca segurar a variação de preços, mas essa não é a única variável relevante da economia. O Brasil está focado só na meta de inflação", afirmou Gabrielli.

Apesar do recuo do PIB no terceiro trimestre, o governo trabalha com a meta de fechar 2005 com um crescimento do PIB na casa dos 3%, o que depende de uma recuperação de 0,4% na economia no último trimestre. "Um PIB que não agradou o governo nem a sociedade, nos mostra que é preciso ampliar os investimentos, mas sem arriscar a outra parte da economia, que é esse equilíbrio que nós temos. Mesmo que não seja um número que possamos nos maravilhar, é importante termos continuidade do crescimento na economia", ponderou o ministro Jaques Wagner.

Para alcançar um crescimento da economia acima das expectativas do mercado — 2,66% neste ano, de acordo com as últimas projeções —, a prioridade do governo no último ano será perseguir essa meta sem alterar a política geral de estabilidade e a meta de superávit primário. Segundo um ministro da coordenação, Lula quer incrementar investimentos privados e públicos. O repertório inclui ainda a redução na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que remunera os financiamentos do BNDES. Mantida fixa nos últimos meses, a TJLP vem perdendo seu diferencial frente à taxa de inflação, argumentam defensores da redução da taxa.

Ainda de acordo com a agência Reuters, o governo trabalha com a perspectiva de manter a trajetória de queda da taxa básica de juros, mas não quer comprometer dois pilares da

política econômica: controle da inflação e austeridade fiscal, acrescentaram as fontes. "Hoje há uma unanimidade em torno da queda das taxas de juros, tanto que alguns analistas prevêem uma sequência de quatro cortes de 0,75 pontos percentuais", disse o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia.

"Se há folga para reduzir a taxa básica, quando e em quanto, isso será tratado tecnicamente no local adequado", declarou Jaques Wagner, referindo-se ao Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne na próxima semana.

ABERTURA DE COFRES

A estratégia para a liberação de R\$ 2,1 bilhões de verbas orçamentárias que estavam reprimidas foi azeitada em reunião na última semana no Planalto com a presença dos líderes do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), do PT no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), e do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), além do

senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do Orçamento de 2005. Até a semana passada, parlamentares de oposição ameaçavam obstruir a votação do Orçamento 2006 caso não vissem atendidos seus pleitos.

Os outros R\$ 900 milhões liberados ontem serão aplicados em programas do governo nas áreas de infra-estrutura física

(transportes, saneamento, portos) e social, informou o ministro da Coordenação Política.

A liberação dos R\$ 2,1 bilhões em investimentos para serem gastos até o final de dezembro foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a reunião da Junta Orçamentária realizada ontem, da qual também participaram os ministros Antonio Palocci (Fazenda), Dilma Rousseff (Casa Civil) e Paulo Bernardo (Planejamento e Orçamento).

Com o descontingenciamento, de acordo com Wagner, o

governo fechará o ano com empenho total do orçamento de 2005. Até agora foram empênhados 87% dos recursos do orçamento de 2005. "Eu diria que a gente está numa média razoável de aplicação de recursos. Evidentemente podemos ter um ou outro ministério em dificuldades", comentou Jaques Wagner.

O dinheiro liberado é referente ao excesso de arrecadação no último mês. Lula resolveu acelerar os investimentos depois de se convencer de que o aperto fiscal — a equipe econômica chegou a mirar o superávit primário em 6% nos últimos meses — poderá comprometer o leque de projetos e realizações a serem apresentados pelo governo federal como vitrine no ano eleitoral.

O governo se esmera também para aprovar a proposta do Orçamento da União até o próximo dia 31. Está previsto para 2006 o incremento financeiro que Lula pretende dar na área social para atender as classes D e da população, consideradas pelo Planalto o grande trunfo eleitoral do ano que vem.



Arlindo Chinaglia